



CORPO DE DELITO

Autoridade(zinha)

Dê-se um uniforme a um idiota e cosam-se-lhe uma ou duas insígnias na túnica e ele pensa que a sua palavra é lei



Rui Patrício

Quando comecei a estudar Direito, já nas universidades nos ensinavam a menorizar, ou mesmo a desdenhar, os argumentos de autoridade, ou seja, aqueles apenas baseados na carreira do autor do argumento, na sua vetustidade, na vastidão da sua obra ou noutros factores mais formais do que materiais. Ensinavam-nos que o que valia era a fundamentação, o raciocínio, a explicação. Em suma, a autoridade vinha mais da razão e menos das insígnias, do nome, da vestimenta ou do título. Era uma questão de persuasão e de convencimento, e não de força ou de imposição. E é assim que deve ser. Porém, como dizem alguns críticos da academia, esta nem sempre prepara bem para a vida prática, e comigo isso também aconteceu, pelo menos no que toca aos argumentos de autoridade. Tendo-me metido, há muito, na vida dos tribunais, não tenho deixado de ver, ouvir e ler os mais diversos, espantosos e bacocos argumentos de autoridade, vindos de várias fontes. Uns invocam o nome, outros as vestes, alguns

as insígnias, muitos o lugar ou o cargo e há até os que, amando a lei do menor esforço, invocam o supremo argumento de autoridade, o que diz sim porque sim e não porque não. Até eu sou capaz de ter já, ao longo da vida prática, caído no uso de argumentos de autoridade; as rotinas e os rituais, sobretudo quando fáceis e férteis em bacoquice, contagiam como os micróbios mais afoitos.

Ora, sempre que dou por um argumentozinho de autoridade, vem-me à ideia uma passagem de um livro. Somerset Maugham, em "The Gentleman in the Parlour", de 1930, conta que – na sua viagem de Rangun a Haiphong, a certa altura, depois de partir de Kengtung e durante algum tempo – no final de

cada dia, quando parava numa aldeia para descansar e pernoitar, os aldeões, previamente avisados, lhe tinham construído um bungalow, com bambu e palha de arroz. Certa vez, os habitantes de uma aldeia só foram avisados na manhã do dia, e quando o escritor chegou o bungalow ainda não estava pronto. Maugham – um homem viajado, que sempre se desenrascara sozinho e pernoitara onde e como podia, fosse num hotel, fosse numa cabana ou num barco – bateu o pé, ralhou, enfureceu-se e não aceitou desculpas ou explicações. Era a primeira vez que alguém lhe construía uma casa propositadamente para si, no meio da selva, e para pernoitar apenas uma noite ou duas. Um luxo inusitado, a que o escritor não tinha direito, mas a que muito rapidamente se habituou, a tal ponto que um simples atraso lhe provocara tamanha reacção.

Depois de contar o episódio, o escritor remata assim: "A moral da história é que até a pessoa mais sensata facilmente passa a considerar-se muito importante: concedam-se-lhe certos privilégios e, num abrir e fechar de olhos, essa pessoa passa a reclamá-los como seu direito inalienável; dê-se-lhe um pouco de autoridade e ela entra no papel de tirano. Dê-se um uniforme a um idiota e cosam-se-lhe uma ou duas insígnias na túnica e ele pensa que a sua palavra é lei." Para quê dizer mais? Ponto, parágrafo.

Advogado. Escreve ao sábado

A autoridade vinha
mais da razão e menos
das insígnias, do nome,
da vestimenta ou do
título

Era uma questão
de persuasão
e de convencimento, e
não de força ou de
imposição